

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Nota 01 – Contexto Operacional

A Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS-CE) é um órgão público do poder executivo estadual, constituída conforme a Lei Estadual nº 12.691, de 16 de maio de 1997, e alterações posteriores, inscrita no CNPJ sob o número 01.869.566/0001-17, tendo sua sede administrativa localizada na Avenida Bezerra de Menezes, 581, São Gerardo, CEP: 60.325-003 – Fortaleza/CE.

O órgão tem por objetivo zelar pela ordem pública e pela incolumidade das pessoas e do patrimônio, coordenando, controlando e integrando as ações da Polícia Civil do Ceará, Polícia Militar do Ceará, Corpo de Bombeiros Militar do Ceará, Perícia Forense do Estado do Ceará, Academia Estadual de Segurança Pública e a SUPESP.

As demonstrações são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Todas essas demonstrações referem-se ao exercício financeiro de 2021, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, ou seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro.

Essas informações foram extraídas do Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR, que contempla os atos e fatos ocorridos no âmbito da Administração Pública Estadual, sempre em observância aos Princípios de Contabilidade e, de forma gradativa, as novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP.

Nota 02 – Base de Apresentação

As demonstrações financeiras constantes no Ágora foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta da Secretaria do Tesouro Nacional STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade.



Estas notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Tais notas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Nota 03 – Moeda Funcional e de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional Nacional. No que tange aos extratos bancários os mesmos são apresentados em formato PDF e TXT, bem como são oriundos dos aplicativos disponibilizados pelo Caixa Econômica Federal (GOVCONTA) e Banco do Brasil (BB Setor Público), ou na ausência, **solicitado diretamente as agências bancárias (Evidências - ANEXO 3 - Peças Complementares - Módulo Contabilidade - Solicitação de Extratos Bancários Junto à CEF).**

Vale salientar que é possível observar a mensagem “**não disponível no SIHEX**” em alguns extratos bancários de determinados períodos, os quais a **CEF informou se tratar de período sem movimentação, motivo pelo qual, o Ente Jurisdicionado se limita por medida de ingerência alheia a sua gestão.** Complementarmente informarmos que as contas listadas abaixo foram incluídas no S2GPR com a classificação equivocada, sendo devidamente estornado no exercício de 2021, não constando no exercício de 2022 no hall de contas bancárias no S2GPR, isto posto, por se tratar de equívoco, não apresentam extratos bancários.

Quadro 01 – Extratos Bancários

CONTA S2GPR	EQUIVOCO	DATA DO ESTORNO	OBSERVAÇÃO
104.0919.006007151 6	Conta contábil 1.1.1.1.1.02.02. (GESTÃO)	11/01/2021	Conta Contábil corrigida 1.1.1.1.1.08.02 - Conta corrente (cadastrada)
104.0919.006007133 5.104031	Código de classificação de poupança	11/01/2021	Conta Original tipo investimento (cadastrada)
104.0919.006007156 4.104031	Código de classificação de poupança	29/04/2021	Conta Original tipo investimento (cadastrada)

Conta-nos informar que as contas correntes 1372-8 e 1594-1, constam cadastradas junto ao S2GPR, conforme demonstrado no anexo em peças complementares, entretanto não tiveram movimentação durante o exercício de 2021, não constando no campo saldo de

conta corrente no sistema S2GPR. Todavia, no que concerne as contas de poupanças vinculadas, as narradas contas, constantes sob os números 31011-3 e 31015-6, apresentaram rendimentos mensais, sendo devidamente contabilizadas junto ao S2GPR. **(Evidências - ANEXO - Peças Complementares - Módulo Contabilidade - Declaração e Comprovação de Cadastro de Contas S2GPR).**

Nota 04 - Resumo das Principais Práticas Contábeis

4.1. Execução Orçamentária

É importante salientar que esta Pasta não apresenta receita própria, tendo em vista possuir designação executória, sendo esta custeada por verbas repassadas pelo Tesouro Estadual e Receitas de Convênios.

4.2. Padronização dos Registros Contábeis e Plano de Contas

A Padronização dos registros contábeis da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, unidade gestora 100001, foi feita com base no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

4.3. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário, definido pela Lei nº 4.320/1964, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. O Balanço Orçamentário apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

4.4. Balanço Financeiro

Segundo a Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.



A estrutura desta demonstração contempla os ingressos e dispêndios em destinação ordinária e vinculada, ou seja, a receita e a despesa orçamentárias realizadas e executadas por destinação de recurso (destinação vinculada ou destinação ordinária).

4.5. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação.

A estrutura desta demonstração contempla os termos que evidenciam a classificação dos elementos patrimoniais considerando a segregação em "circulante" e "não circulante", com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade, além do grupo de contas do patrimônio líquido.

Considerando as rotinas patrimoniais e diretrizes de gestão patrimonial dos órgãos da Administração Pública Direta do Estado do Ceará, dentre os quais está inserido nosso ente jurisdicionado, observando centralização geral e referenciada sob tutela da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, em 2021, a unidade gestora da SSPDS (100001) manteve atuação sobre o ajuste contábil dos bens móveis e imóveis, assim como, sobre as reduções relativas a depreciações, exaustões e amortizações.

Nota 05 - Balanço Orçamentário (BO)

Para o preenchimento deste balanço, utilizam-se as classes 5, grupo 2 (Orçamento Aprovado: Previsão da Receita e Fixação da Despesa) e classe 6, grupo 2 (Execução do Orçamento: Realização da Receita e Execução da Despesa) do plano de contas.

A Previsão Inicial da Receita está evidenciada no Balanço Orçamentário pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita). Já a previsão atualizada é demonstrada pelo seu valor líquido, representada pelo saldo da conta contábil 5.2.1.1 (Previsão Inicial da Receita) adicionada do saldo da conta 5.2.1.2.1 (Previsão Adicional da Receita) e reduzida do saldo da conta 5.2.1.2.9 (Anulação da Previsão da Receita). O valor das receitas realizadas também evidencia o valor líquido da arrecadação e é obtido pela diferença entre os saldos das contas contábeis 6.2.1.2 (Receita Realizada) e 6.2.1.3 (Deduções da Receita Orçamentária).



A Dotação Inicial é obtida pelo saldo da conta contábil 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial). Já a dotação atualizada é evidenciada pelo valor da dotação inicial mais os créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, deduzidas as anulações/cancelamentos correspondentes. No que concerne ao replanejamento orçamentário foi identificado um incremento percentual de aproximadamente 4,6% em relação ao inicialmente orçado, sendo este devidamente justificado por meio dos Decretos n°s 34.300, 34.469, 34.323, 34.416, devidamente publicados no DOE, sendo referentes principalmente a demandas da CIOPAER com fornecimento de peças e serviços de manutenção de aeronaves e aquisição de Torres Autoportantes de Comunicação (**Evidências - ANEXO 4 - Peças Complementares - Módulo Contabilidade**). Dessa forma, é evidenciada pelo somatório das contas: 5.2.2.1.1 (Dotação Inicial) e 5.2.2.1.2 (Dotação Adicional), subtraída da conta contábil 5.2.2.1.9 (Cancelamento/Remanejamento de Dotação).

Quadro 02 – Composição da dotação atualizada

5.2.2.1.1 - Dotação Inicial	R\$ 157.107.538,00
(+) 5.2.2.1.2 - Dotação Adicional	R\$ 44.400.104,81
(-) 5.2.2.1.9 - Cancelamento/Remanejamento de Dotação	R\$ 37.239.679,74
(=) Dotação Atualizada	R\$ 164.267.963,07

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2021).

Quadro 03 – Composição da receita realizada

6.2.1.2 – Receita Realizada	R\$ 1.811.179,39
(-) 6.2.1.3 – Deduções da Receita Realizada	R\$ 0,00
(=) Receita Realizada (valores líquidos)	R\$ 1.811.179,39

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2021).

A despesa empenhada é evidenciada pelo saldo do grupo de contas 6.2.2.1.3 (Crédito utilizado). A composição da despesa liquidada se dá pelo somatório entre o saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.03 (Crédito Empenhado Liquidado a Pagar) e 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago). Já a despesa paga é obtida pelo saldo das contas do grupo 6.2.2.1.3.04 (Crédito Empenhado Pago).

Quadro 04 – Previsão e execução da despesa por tipo de crédito

Tipo de Crédito	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Empenho	Liquidação	Pagamento
-----------------	-----------------	--------------------	---------	------------	-----------

Ordinário e Suplementar	157.107.538,00	164.267.963,07	138.688.833,33	111.840.536,00	111.765.333,21
-------------------------	----------------	----------------	----------------	----------------	----------------

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2021).

As despesas orçamentárias totalizaram o valor atualizado de R\$ 164.267.963,07 (cento e sessenta e quatro milhões duzentos e sessenta e sete mil novecentos e sessenta e três reais e sete centavos), detalhadas conforme quadro abaixo:

Quadro 05 – Dotação atualizada por despesa orçamentária

Despesa Orçamentária	Dotação Atualizada	%
<i>Despesa de pessoal e encargos sociais</i>	<i>R\$ 12.138.934,00</i>	<i>7,39</i>
<i>Outras despesas correntes</i>	<i>R\$ 116.847.771,50</i>	<i>71,13</i>
<i>Investimentos</i>	<i>R\$ 35.281.257,57</i>	<i>21,48</i>
Total	R\$ 164.267.963,07	100,00

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2021).

A Despesa de Pessoal acima é composta principalmente por Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil (319011), que corresponde a 90,36% do recurso disponível para a supracitada despesa orçamentária. No que se refere a Outras Despesas Correntes é composta principalmente pelas contas Locação de Mão de obra (339037), Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (339039), Material de Consumo (339030) e Serviço de Tecnologia da Informação, Comunicação Pessoa Jurídica (339040), que correspondem juntas a aproximadamente a 93,22% do total previsto. Já a conta investimentos é composta principalmente pelas contas equipamentos e material permanente (449052), Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica (449039) e Outros Serviços Tecnologia da Informação e Comunicação PJ (449040) que correspondem a 90,18% do total previsto na despesa orçamentária 44 (investimentos).

No que concerne às despesas previstas no quadro 04, obtivemos índices de execução conforme quadro demonstrativo abaixo, no qual é possível observar um aproveitamento satisfatório, tendo em vista apresentar um índice de execução de aproximadamente 84,43% das despesas orçadas. Do valor total não executado de investimentos, R\$ 17.888.719,00 se refere a FT 48 (Operação de Crédito BID). "Apesar do valor orçamentário previsto na LOA 2021, para execução da FT 48, que se refere ao Programa Integrado de Prevenção e

Redução da Violência – PreVio, não foi possível sua execução no referido exercício tendo em vista que o Contrato de Empréstimo somente foi publicado no DOE de 04/01/22 e o Termo de Cooperação firmado entre a SSPDS e a Vice Governadoria, este último órgão Coordenador do Projeto, somente foi publicado em 08/04/22, impossibilitando sua execução conforme previsto, no exercício 2021." (Evidências - Peças Processuais - Relatório de Desempenho de Gestão - R.D.G.)

Quadro 06 – Comparativo Execução (Dotação atualizada x Dotação empenhada)

Despesa Orçamentária	Dotação Atualizada	Dotação Empenhada	% Execução
<i>Despesa com pessoal</i>	<i>R\$ 12.138.934,00</i>	<i>R\$ 11.834.835,60</i>	<i>97,49</i>
<i>Outras despesas correntes</i>	<i>R\$ 116.847.771,50</i>	<i>R\$ 114.959.195,40</i>	<i>98,38</i>
<i>Investimentos</i>	<i>R\$ 35.281.257,57</i>	<i>R\$ 11.894.802,33</i>	<i>33,71</i>
<i>Total</i>	<i>R\$ 164.267.963,07</i>	<i>R\$ 138.688.833,33</i>	<i>84,43</i>

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2021).

Nota 6 - Balanço Financeiro (BF)

Para o grupo de Receita Orçamentária são consideradas as receitas orçamentárias arrecadadas pelo seu valor líquido (6.2.1.2 - Receita Realizada – 6.2.1.3 - Deduções da receita orçamentária).

Já as despesas orçamentárias expostas no Balanço Financeiro estão evidenciadas pelo valor empenhado, em obediência ao parágrafo único do art. 103 da Lei 4.320/1964 e esse valor é obtido pelo saldo da conta 6.2.2.1.3 (Crédito Utilizado).

O grupo de Transferências Financeiras Recebidas (4.5.1) e Concedidas (3.5.1) deduzidos da conta Transferências Não Financeiras Recebidas Independentes de Execução Orçamentária (4.5.1.2.2.02), refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará.



No grupo de recebimentos extraorçamentários são evidenciados os ingressos não previstos no orçamento, que serão restituídos em época própria, por decisão administrativa ou sentença judicial. Da mesma forma, também está inclusa, a inscrição de restos a pagar, com o objetivo de compensar o valor da despesa orçamentária imputada como realizada, mas que não foi paga no exercício, conforme determina o parágrafo único do art. 103 da Lei nº 4.320/1964.

Já o grupo de pagamentos extraorçamentários são evidenciados os pagamentos não submetidos ao processo de execução orçamentária, como os relativos a obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (devolução de depósitos, cauções, consignações), bem como os restos a pagar inscritos em exercícios anteriores e pagos no exercício.

O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte representam o saldo inicial e final das contas de caixa e equivalente de caixa ao final do exercício (1.1.1.1.1).

A receita e despesa vinculadas correspondem a recursos de convênios - fonte 82.

Em análise junto ao Balanço Financeiro é possível observar um aumento nas Transferências Financeiras Recebidas de aproximadamente 32,83%, bem como um acréscimo nos Recebimentos Extraorçamentários equivalente a 44,70%, se comparado com o exercício de 2020. O incremento nas transferências financeiras recebidas é justificadas pela elevação nas transferências com execução orçamentária em 43,80% se comparado ao exercício anterior. Já nos Recebimentos Extraorçamentários é motivado principalmente pelo aumento na execução de restos a pagar não processados. É importante salientar que as disponibilidades de recursos cuja fonte é o Tesouro Estadual (Fonte 00) são disponibilizados aos órgãos do Governo do Estado do Ceará, por meio da Conta de Gestão, apenas no ato do pagamento da despesa, sendo as disponibilidades dos recursos controlados pela Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, dito isto, as disponibilidades constantes na conta caixa e equivalentes de caixa demonstrados no balanço patrimonial desta SSPDS são oriundos apenas de convênio de receitas cuja fonte de recurso é 82. As diretrizes técnicas estabelecidas pelo Governo e gerenciadas pela SEFAZ tratam a disponibilidade de CAIXA de maneira centralizada na Conta Única do Tesouro, com os recursos aplicados por decisões estratégicas. Desta forma, os Jurisdicionados Órgãos da Administração Direta do Estado apenas movimentam os recursos no preciso momento do efetivo desembolso, após comando de autorização e calendário definido pelo Governo e regulado pelo citado ente Fazendário, sem o controle direto de nossa setorial. Desta forma, a exemplo, se para a inscrição de restos a pagar os Órgãos obrigatoriamente dependessem de saldo efetivo em



caixa, não seria aplicável no âmbito do Estado, haja vista que esta medida não é exclusivamente imposta à SSPDS

Nota 7 - Balanço Patrimonial (BP)

Para o preenchimento deste Balanço utilizam-se as classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas do Estado do Ceará, além da classe 8 (Controles Credores) para o quadro referente às compensações.

Os estoques demonstrados no Balanço Patrimonial são avaliados pelo preço médio ponderado das compras, conforme disposto no art. 106, inciso III da Lei 4.320/64. As Aquisições de materiais de consumo da SSPDS são efetivadas visando suprir suas necessidades, todavia, o tratamento diferenciado exigido pela capilaridade e logística de algumas setoriais internas merece observação, dadas as circunstâncias diferenciadas. Exemplo se demonstra para as seguintes: Coordenadoria Integradas de Operações de Segurança (CIOPS capital e Interior do Estado), Coordenadoria Integradas de Operações Aéreas (CIOPAER capital e Interior do Estado) e Coordenadoria de Inteligência (COIN), as quais funcionam 24 horas, em 04(quatro) turnos de 06 horas, atendendo diversas ocorrências na área da Segurança Pública, no qual diuturnamente trabalham mais de 300(trezentos) funcionários, entre Servidores e colaboradores terceirizados, bem como a presença de órgãos externos, tais como, PMCE, PCCE, CBMCE, PEFOCE, GUARDA MUNICIPAL, SAMU, AMC , dentre outros. Consta-nos informar que no período final de cada exercício é realizado o estoque preventivo em regime trimestral, para garantia de material pelo período mínimo de 90 dias, tendo em vista o fechamento dos Sistemas do Estado para aquisição de materiais em meados de dezembro, retornando ao funcionamento integral apenas em fevereiro do ano seguinte. A narrada aquisição tem por objetivo dar continuidade aos serviços desenvolvidos por esta Pasta sem que haja prejuízos ao desenvolvimento das rotinas diárias de trabalho desta secretaria. Em análise ao estoque observamos uma retração de aproximadamente 30,76%, totalizando um saldo de R\$ 342.744,40.

A conta do imobilizado é dividida em bens móveis e imóveis. É possível observar na composição dos bens móveis um acréscimo de R\$ 4.784.545,01 (quatro milhões setecentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e um centavo) motivado pela implantação de torres para um sistema de radiocomunicação digital (SRD) de padrão aberto, bem como a transferência de equipamentos de tecnologia da informação (computadores) realizado pelo Fundo de Segurança Pública e Defesa Social (FSPDS).



A Balanço Patrimonial gerado junto ao S2GPR apresenta em sua conta Bens Móveis o valor total de R\$ 198.243.513,54.

Na composição do referido valor destacamos as contas Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas (1.2.3.1.1.01), Bens de Informática (1.2.3.1.1.02) e Veículos (1.2.3.1.1.05) que representam 94,31% do total dos bens móveis atualizados. No que diz respeito aos bens imóveis reforçamos que o papel de centralização do controle patrimonial de bens imóveis designado à SEPLAG/COPAT mantém comprometimento determinante sobre esse ponto. A relevância se depreende, principalmente, pelo fato de que os cadastros de imóveis junto ao SGBI são realizados unilateralmente pelo setor operacional desta entidade, ensejando de responsabilidade do nosso ente jurisdicionado sem que mantenhamos o uso e gestão de determinados imóveis. Inicialmente no SGBI constavam 140 imóveis, dos quais 138 não eram reconhecidos por esta Pasta, cuja monta totalizava o valor de R\$ 142.737.863,36, sendo diligenciado junto a SEPLAG/CE as devidas exclusões por meio dos Viprocs nºs 08457348/2018 e 05430905/2020. Tendo em vista o Decreto nº 34.098 de 08 de junho de 2021, que altera o Decreto nº 31.340 de 5 de novembro de 2013, em seu art. 38, com a seguinte redação "O prazo máximo para o ajuste do valor contábil dos bens adquiridos em exercícios anteriores ao ano de 2020 será de junho de 2022 para bens móveis e imóveis." Dito isto, após levantamentos exarados junto aos relatórios advindos do SIC, foram identificados empenhos cujo beneficiários eram as vinculadas desta SSPDS, os quais não foram realizadas as devidas transferências à época, sendo procedidas no exercício de 2022 por meio das Notas Patrimoniais nº 2022NP00228, 2022NP00229, 2022NP00230 e 2022NP00231, totalizando a monta de R\$ 88.669.563,81. Após as transferências em questão foram procedidas as reavaliações dos 3 imóveis o qual essa SSPDS detêm responsabilidade conforme C.I nº 002/2021, datada de 21 de janeiro de 2022, apresentando um saldo atualizado na contabilidade de R\$ 12.371.177,96, com depreciação acumulada de R\$ 1.941.119,14, totalizando o valor líquido de R\$ 10.430.058,82. Foram procedidas as depreciações atinentes aos bens imóveis conforme informados pelo setor de Patrimônio desta SSPDS. No que concerne aos bens intangíveis o balanço Patrimonial apresenta o valor total de R\$ 11.694.894,64, apresentando amortização no valor de R\$ 4.996.873,30, perfazendo o valor líquido de R\$ 6.698.021,34. Vale salientar que foi solicitado a incorporação de intangíveis atinentes a exercícios anteriores, oriundos dos Termos de Doações nºs 135/2015 e 138/2015, cuja monta é de R\$ 2.246.379,91, sendo procedido os lançamentos no exercício de 2022, por meio das NP's nºs 2022NP00232 e 2022NP00233, perfazendo um novo valor bruto de R\$ 13.941.274,55, conforme



consulta ao balancete contábil da competência de junho/2022 o qual apresenta saldo final é de R\$ 14.028.669,16, sendo R\$ 87.394,61, de aquisições de software do exercício de 2022. (**Evidências - ANEXO 1 - Peças Complementares - Módulo Contabilidade**).

Tratando agora do que estabelece o art. 105 da lei 4.320/1964, elaborou-se um quadro anexo ao Balanço Patrimonial que evidencia o total do ativo e passivo financeiro, bem como o ativo e passivo permanente e o saldo patrimonial.

O ativo financeiro é obtido pelo somatório do saldo final das contas do ativo (Grupo 1) que possuem o atributo F. Já o ativo permanente compreende a soma dos saldos das contas do ativo que possuem o atributo P. Obtêm-se o valor do passivo financeiro através do somatório dos saldos finais das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo F, e o saldo das contas de crédito empenhado a liquidar e restos a pagar não processados a liquidar. E, por fim o passivo permanente compreende a soma dos saldos das contas do passivo (Grupo 2) que possuem o atributo P.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, passivos são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Quando o passivo corresponde a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis, deve ser classificado como passivo circulante.

Ressalta-se que o conceito de passivo circulante difere do conceito de passivo financeiro da Lei nº 4.320/64, conforme observa-se no §3º do art. 105: "O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária."

Acrescenta-se ainda que o reconhecimento do Passivo Circulante se dá no momento da ocorrência do fato gerador, enquanto que o reconhecimento do Passivo Financeiro se dá no momento do empenho.

Dessa forma, o passivo financeiro foi calculado a partir dos fatos em que se verificou a realização de empenhos, correspondentes a: contas do passivo circulante com atributo F, contas de crédito empenhado a liquidar e dos restos a pagar não processados a liquidar, conforme evidencia-se no quadro 10. São consideradas contas de passivo com atributo F: as obrigações dependentes de execução orçamentária que já foram empenhadas, liquidadas e não pagas e as entradas compensatórias no passivo financeiro, tais como cauções, depósitos e consignações.



Quadro 10 – Composição do passivo financeiro

Passivo (Atributo F)	R\$ 75.202,79
(+) 6.2.2.1.3.01 - Crédito Empenhado a Liquidar	RS 26.848.297,33
(+) 6.3.1.1 - RP Não Processados a Liquidar	RS 1.703.876,27
(=) Passivo Financeiro	R\$ 28.627.376,39

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2021)

Nota 8 - Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

As *Variações Patrimoniais Quantitativas do Balanço do Estado do Ceará* são elaboradas utilizando-se as classes 3 e 4 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Na classe 3 estão as *Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)* e na classe 4 estão as *Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)*.

Já as *Variações Patrimoniais Qualitativas*, que correspondem às variações decorrentes da execução orçamentária que não afetam o patrimônio líquido, são elaboradas utilizando-se a classe 6 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Para os grupos de Incorporação do Ativo e Desincorporação do Passivo são utilizadas as contas de despesas liquidadas. Já os grupos de Incorporação do Passivo e Desincorporação do Ativo são elaborados utilizando-se a conta de receita realizada.

A DVP apresentou déficit, no exercício de 2021, no valor de R\$ 31.819.299,53 (trinta e um milhões oitocentos e dezenove mil duzentos e noventa e nove reais e cinquenta e três centavos). O déficit foi gerado principalmente pelas transferências concedidas de bens móveis e imóveis realizadas para os órgãos vinculados. Vale salientar que fora procedida a reavaliação do bem imóvel doado, pelo laudo de avaliação anexado no SGBI conforme Decreto nº 31.340/2013 – SEPLAG e suas alterações.

A secretaria não dispõe de arrecadação de receita própria ficando na dependência de transferências financeiras do Tesouro Estadual. Nas variações patrimoniais quantitativas aumentativas, as transferências recebidas no valor de R\$ 128.891.987,31 (cento e vinte e oito milhões oitocentos e noventa e um mil novecentos e oitenta e sete reais e trinta e um centavos) correspondem às transferências financeiras recebidas de tesouro e suportaram as atividades do órgão, uma vez que constam depreciações/amortizações (R\$ 14.529.723,99) e transferências concedidas (R\$ 79.080.057,71 – bem imóvel) correspondentes ao exercício de 2021, conforme quadro seguinte:

Quadro 11 – VPD's por Grupo de Despesa

Variações Patrimoniais Diminutivas	R\$ 219.020.642,13	100,00%
3.1 – Pessoal e encargos	R\$ 11.970.197,14	5,47%
3.2 – Benefícios previdenciários e assistenciais.	R\$ 0,00	0,00%
3.3 – Uso de bens, serviços e consumo de capital Fixo	R\$ 122.022.067,13	55,71%
3.4 – Variações patrimoniais diminutivas financeiras	R\$ 115,57	0,00%
3.5 – Transferências concedidas	R\$ 79.080.057,71	36,11%
3.6 – Desvalorização e Perdas de Ativo (*)	R\$ 0,00	0,00%
3.7 – Tributárias	R\$16.680,70	0,01%
3.9 – Outras variações patrimoniais diminutivas.	R\$ 5.931.523,88	2,70%

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2021).

O grupo *Pessoal e Encargos* é composto essencialmente pelas contas *Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil (319011)*, *Obrigações Patronais (319013 e 319113)* e *Ressarcimento de Despesa de Pessoal (319096)* que correspondem a aproximadamente 98,87% do supracitado grupo.

No que concerne ao grupo *Uso de bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo*, correspondem a despesas de custeio, na qual a composição que apresenta a maior relevância são as contas: *Locação de Mão-de-obra (339037)*, *Material de Consumo (339030)*, *Outros Serviços Terceiros – Pessoa Jurídica (339039)* e *Serviços de Tecnologia da Informação, Comunicação Pessoa Jurídica (339040)* que juntas totalizam mais de 78,15% do supracitado grupo.

Nota 9 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

O demonstrativo da dívida flutuante compreende os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos de diversas origens e os débitos de tesouraria.

Pela análise do demonstrativo percebe-se que o saldo da dívida para o exercício de 2021 foi superior ao do exercício de 2020 em aproximadamente 62,30%. Essa elevação deve-se principalmente pelo aumento do valor inscrito em restos a pagar no exercício de

2021 em relação ao exercício de 2020, motivado principalmente pelos contratos de videomonitoramento, implantação do sistema de radiocomunicação digital (SRD), manutenção de aeronaves e materiais de consumo e permanente, ambas referentes a competência de dezembro/2021, bem como das repactuações das terceirizações referentes ao exercício de 2021, cujos valores agregados totalizam a monta de R\$ 23.415.787,73 (vinte e três milhões quatrocentos e quinze mil setecentos e oitenta e sete reais e setenta e três centavos) que ocorreram no final de dezembro de 2021, dado que somente 9,68% da totalidade dos restos a pagar inscritos em exercícios anteriores não foram liquidados, pagos ou cancelados em 2021.

Fornecedor	Valor inscrito em RP 2021	%
Teltronic (Sistema de radiocomunicação digital - SRD)	R\$ 5.904.310,39	21,93%
Consortio IPQ (Sistema de videomonitoramento)	R\$ 1.941.126,16	7,21%
CIOPAER (Helibrás, HBR, Petrobrás e SAFRAN)	R\$ 8.752.036,50	32,51%
Materiais de consumo e permanentes	R\$ 3.398.797,51	12,62%
Despesa de convênios (Aquisições e devoluções)	R\$ 3.419.517,17	12,70%
Demais despesas	R\$ 3.507.712,39	13,03%

Importante salientar que, em relação aos 3 (três) fornecedores iniciais supracitados, as despesas empenhadas mantêm escopo de **serviços/fornecimentos** vinculados a projetos/contratos que possuem relação com **natureza continuada** (Teltronic Sistema de radiocomunicação digital - SRD, Consortio IPQ (Sistema de videomonitoramento e CIOPAER (Helibrás, HBR, Petrobrás e SAFRAN), ou, se referem a **restos a pagar não processados**, cujo direito líquido e certo não fora caracterizado ao tempo do encerramento de exercício considerando prazos de entrega expressamente pactuados em Contratos Administrativos firmados junto ao referidos fornecedores.

Outrossim, tratam-se de contratos com características de objetos de valores de maior monta, a exemplo de manutenção de aeronaves, cujos **empenhos** podem atingir, em único evento ordinário, milhares de centenas de reais (**Evidências - ANEXO 2 - Peças Complementares - Módulo Contabilidade**).

Saliente-se que para os casos de natureza continuada há vínculo com serviços em regime de competência, cuja caracterização do fato gerador da conclusão se dá quando do fechamento mensal, sendo apenas possível ser aferido e atestado pela Administração em mês subsequente, dadas as circunstâncias específicas do formato dos serviços medidos pelo fornecedor após o fechamento mensal. Ou seja, são tratados como empenhos estimados (Evidências - Módulo Contratos - Todos os contratos SSPDS seguem postados na presente PCA no referido Módulo).

Diante do exposto busca-se comprovar que as citadas despesas respeitam a égide da observância do princípio do planejamento, toda dotação orçamentária mensal sendo empenhada pelo gestor antes do fim do ano, de forma a não infringir o princípio da anualidade, bem como não representam desnecessária concentração de despesas no último trimestre, haja vista o teor de execução mensal e ordinário. Além disso, a estes casos não se aplica o entendimento de que dívida para a Administração Pública ou passivos financeiros, comprometedores de pagamentos do exercício, assim como, não comprometem disponibilidade de caixa, considerando disponibilidade orçamentária e deliberação financeira estabelecida tecnicamente pelo Sistema de Contabilidade Estadual quando do ato da emissão de Notas de Empenho (prática estabelecida no âmbito do Estado).

As informações deste demonstrativo podem ser confrontadas com o total do passivo financeiro no balanço patrimonial e com as informações de restos a pagar do demonstrativo de execução de restos a pagar.

A composição da execução de restos a pagar processados evidenciados no demonstrativo da dívida fluante está demonstrada no quadro abaixo:

QUADRO 12 - BAIAS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

Restos a Pagar Processados (RPP)	Saldo em 31/12/2021
Baixa por Pagamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.2)	R\$ 15.531,70
(-) Pagamento de Consignações de Exercícios Anteriores (Débitos - Créditos do Subgrupo de Contas 2.1.8.8.1.01.02)	R\$ 0,00
(=) Pagamento de RPP líquido das Consignações Pagas de Exercícios Anteriores	R\$ 15.531,70
(+) Baixa por Cancelamento (Subgrupo de Contas 6.3.2.9)	R\$ 0,00
Somatório das Baixas de Restos a Pagar Processados (RPP)	R\$ 15.531,70

Fonte: Sistema de Gestão Governamental por Resultados - S2GPR (2021).

Nota 10 - Demonstrativo do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é elaborada pelo método direto e evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência, classificadas em fluxo de atividades das operações, de investimentos e de financiamento.

Os ingressos dos fluxos das operações compreendem as receitas arrecadadas pelo seu valor líquido relativas às atividades operacionais, às transferências recebidas e aos outros ingressos operacionais.

Já os desembolsos das operações evidenciam as despesas pagas relativas às atividades operacionais, às transferências concedidas e aos outros desembolsos operacionais.

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa representa a soma dos três fluxos e a variação do caixa e equivalente de caixa corresponde à diferença entre os saldos iniciais e finais de Caixa e Equivalentes de Caixa (1.1.1) do exercício de referência.

Ranieri Rodrigues Paes
Contador de Contas Públicas
CRC-CE 001.740.2-2
CPF: 722.224.191-2

